



1  
2  
3 **ATA DA SEXAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA**  
4 **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF**  
5  
6

7 Aos nove dias do mês de junho de dois mil e dez, foi realizada na sala de reuniões da  
8 SECT, às 11 horas e 35 minutos, a sexagésima sétima reunião do Conselho Curador da  
9 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, com as presenças  
10 dos seguintes Conselheiros: Prof. Almy Junior Cordeiro de Carvalho – Reitor, que presidiu  
11 a reunião; Prof. José Geraldo de Araújo Carneiro – representante dos Docentes da UENF  
12 (indicação do CONSUNI); Sr. Maurício Falcão Aguiar – representante dos Técnicos  
13 Administrativos da UENF (indicação do CONSUNI); Dr<sup>a</sup> Cristina Lúcia de Barros Vianna –  
14 representante da Secretaria de Planejamento e Gestão (indicação do Governo do Estado)  
15 – Dr. Luiz Edmundo Horta Barbosa Costa Leite – representante da Secretaria de Ciência  
16 e Tecnologia (indicação do Governo do Estado); Dr. Marcelo Barbosa Saintive –  
17 representante suplente da Secretaria de Estado de Fazenda (indicação do Governo do  
18 Estado). Compareceu como convidado: Sr. Antonio Constantino de Campos – Chefe de  
19 Gabinete da UENF. Tratou-se da seguinte pauta: **1** – Aprovação da ata da 66<sup>a</sup> reunião; **2**  
20 – Informes; **3** – Biofábrica; **4** – Prestação de contas 2009; **5** - Assuntos diversos. Dando  
21 início à reunião, o **Prof. Almy** cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Passando  
22 ao **primeiro item** da pauta, houve assentimento de apreciação e votação da ata da 66<sup>a</sup>  
23 reunião na próxima reunião. Passando ao **item 2** da pauta, o **Prof. Almy** disse que foi  
24 informado pelo Exm<sup>o</sup> Governador Sérgio Cabral que o município de Italva, onde esteve  
25 presente, está reivindicando um *Campus* da UENF. Informou que foi assinado o contrato  
26 para utilização dos Centros de Convivência, e que os novos permissionários têm até o  
27 final do mês para iniciar as atividades. Informou que em um Centro de Convivência irá  
28 funcionar uma lanchonete e no outro funcionarão duas lojas, sendo uma cafeteria e uma  
29 papelaria. Acrescentou que estes Centros de Convivência têm por objetivo melhorar a  
30 qualidade de vida das pessoas que freqüentam o *Campus* Leonel Brizola. Informou,  
31 ainda, que os processos sobre o uso desses espaços estão resumidos na tabela a seguir:  
32



33

Processo	Assunto	Situação em 07/06/10
E-26/050.375/10	Permissão de uso de espaço no Centro de Convivência 1, para exploração de lanchonete.	Data da licitação: 13/04/10 Data da homologação: 26/04/10 Situação atual: processo na ASJUR para elaboração do contrato.
E-26/050.376/10	Permissão de uso de espaço no Centro de Convivência 2, para exploração de cafeteria.	Data da licitação: 13/04/10 Data da homologação: 11/05/10 Situação atual: processo na ASJUR para publicação do contrato.
E-26/050.377/10	Permissão de uso de espaço no Centro de Convivência 2, para exploração de papelaria.	Data da licitação: 13/04/10 Data da homologação: 07/06/10 Situação atual: encaminhado a ASJUR para elaboração de contrato.

34

35

36

O **Prof. Almy** informou, também, que enviou nota pública à comunidade universitária (apresentada a seguir) a respeito das obras em andamento e do restaurante universitário:

37

38

**AOS MEMBROS DOS CONSELHOS UNIVERSITÁRIO E CURADOR E À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA**

A propósito do que tem sido divulgado a respeito da construção do prédio do Restaurante Universitário (RU) da UENF, julgo-me na contingência de manifestar o que segue.

O pleito pelo RU remonta ao próprio início da edificação da UENF. Teve impulso maior com a conscientização da sociedade e do Poder Público de que **inclusão e permanência** do estudante na universidade constituem uma alavanca imprescindível quando se pensa em **crescimento sustentável** de qualquer nação.

É consensual a constatação de que, além da suplantação das barreiras na entrada (os processos de seleção), maior esforço deve ser desenvolvido para a manutenção desses estudantes dentro da universidade, com o rendimento psicointelectual necessário e desejado.

No caso particular da UENF – que já acolhia muitos alunos carentes até mesmo antes da criação da Lei de Cotas no Estado do Rio de Janeiro –, a principal causa da **evasão estudantil** é a dificuldade com **alimentação e**

39

40



**moradia.** Notadamente, a falta de um **restaurante** é a que repercute mais intensa e negativamente no rendimento escolar. A carência de oferta rotineira e continuada de alimentos saudáveis, de boa qualidade nutricional, na hora certa (no intervalo de aulas) e próxima ao local de seus estudos não é compensada mesmo quando o estudante pobre consegue baratear o custo da moradia associando-se nas "repúblicas".

Logo que assumi o cargo de reitor, em 01 de julho de 2007, priorizei o atendimento da demanda e constituí a Comissão do RU (agosto/2007) com representantes da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, do Laboratório de Engenharia Civil, da Prefeitura da UENF, do Laboratório de Tecnologia de Alimentos da UENF e dos discentes. Esta Comissão trabalhou diligentemente, fez inspeções técnicas em várias instituições e apresentou ao Conselho Universitário em 29/11/2007 a proposta básica que, pouco tempo depois, fundamentou os entendimentos com os Poderes Executivo e Legislativo e que convergiu para aprovação da Emenda Parlamentar de R\$ 5 milhões para a construção do RU e outras obras complementares. A participação da nossa comunidade universitária nas audiências públicas na Alerj, especialmente a mobilização dos estudantes em vários atos, muito contribuiu para a obtenção deste recurso.

Ocorreu que, por alegada necessidade de Governo, a verba do RU ficou **contida** durante todo o 1º semestre de 2008 e só foi oficialmente liberada em 08/07/2008, apesar das inúmeras gestões executadas pela disponibilização destes recursos. Uma vez removida esta dificuldade, todas as providências foram adotadas em tempo hábil, e o **Edital de Licitação** foi publicado em 21/07/2008. O Edital, como se sabe, precisa ser divulgado respeitando-se legitimamente o prazo mínimo estabelecido em lei para licitação por concorrência pública – neste caso, 45 dias –, o que resultou na definição da data de 05/09/2008.

41

Foi justamente nessa etapa que o TCE determinou que se fizessem adequações no Edital do RU. Neste aspecto, a Universidade, embora consciente de que o procedimento tivesse sido igual ao adotado e aprovado em outras obras já realizadas, decidiu elaborar **novo Edital** e publicá-lo com a máxima brevidade. Felizmente, trabalhando com agilidade, conseguimos consumir o processo licitatório do RU ainda no exercício de 2008. A assinatura do contrato com a empresa construtora ocorreu em 05/11/2008, e a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro se deu em 10/11/2008.

Como é do conhecimento público, o conjunto das obras do RU abrange outras realizações sendo que alguns procedimentos ocorreram, necessariamente, antes da implantação do "primeiro tijolo" do RU, como foi, por exemplo, o caso da remoção das instalações débeis (barracões e casebres) que abrigavam precariamente várias ações (Gerência de Transportes, representação estudantil, exposição de ciência, biotério e algumas atividades de extensão e lazer). Houve, assim, a necessidade de readequação de vários desses serviços e transferências para novas instalações, das quais algumas estão ainda em construção e outras estão prontas. O Diretório Central dos Estudantes (DCE), por exemplo, já está fazendo uso de sua nova sede (foto). Um novo prédio, onde serão instalados novos Laboratórios de Ensino de Ciências e novas salas de aula (foto), está sendo finalizado.

42

43



44

Ao contrário do que propalam alguns críticos desta obra, os alicerces (fundações) do RU são de elevada capacidade estrutural. Os trabalhos de perfuração do solo tiveram de ser mais lentos e cuidadosos pelo desconhecimento

*Novo DCE*



45



*Laboratórios de Ensino de Ciências e novas salas de aula*

46



dos mapas das redes subterrâneas (hidráulicas e de outras naturezas), que não foram repassados à UENF durante a sua emancipação jurídica.

O acompanhamento técnico e competente da obra é feito pela Prefeitura da UENF, como é costumeiro. Já são vários os procedimentos de alerta quanto a prazo e correções de imperfeições eventualmente observadas. A empresa que ganhou a licitação ofereceu menor preço e atendeu todas as exigências jurídicas para a assinatura dos contratos. No decorrer da execução, vimos acompanhando e fiscalizando a obra e acionando todos os mecanismos legais que levem ao

*Obra de espaço para atividades extracurriculares, tendo ao fundo o novo DCE*



47



48

*Obra do Restaurante Universitário*



cumprimento do contrato. Neste sentido, prorrogamos o prazo de conclusão por quatro meses, a partir de 29 de abril de 2010, na expectativa de cumprimento das obrigações pela empresa. Caso contrário, tomaremos as medidas necessárias e respaldadas nos princípios legais.

Carece de fundamento a especulação, aventada em segmentos da imprensa, segundo a qual recursos da construção do RU teriam sido desviados para obras no Centro de Convenções. Ao bem da verdade, os reparos no Centro de Convenções foram requeridos tecnicamente pela Prefeitura da UENF e têm sido executados pela mesma empresa que fora responsável por sua construção, sem quaisquer ônus para a nossa Universidade.

Não faltam recursos para finalização das obras. A UENF acaba de receber, por parte do governo do Estado, mais R\$ 5 milhões que estão sendo utilizados na construção de novo prédio para Laboratório de Ensino e novas salas de aula. Tais recursos estão custeando ainda o aumento no valor das bolsas de Iniciação Científica, Extensão e Monitoria; o atendimento de auxílio para estudantes cotistas, incluindo o aumento no valor de R\$ 250 para R\$ 300; a aquisição de geradores de energia para todos os prédios da Universidade; e a melhoria da infraestrutura de salas de aula, entre outras ações importantes.

Posso afiançar que o reitor é o primeiro interessado na conclusão das obras do RU, não só por imperativo legal e pela expectativa que paira sobre um empreendimento tão relevante para a nossa Universidade, mas também por uma coerência histórica, uma vez que, na condição de aluno da UENF, participou das primeiras lutas pelo RU em 1994.

Campos dos Goytacazes, 08 de junho de 2010

Almy Junior  
Reitor da UENF

49

50 O **Prof. Almy** informou, ainda, sobre os cinco principais processos da UENF que estão  
51 tramitando no Governo do Estado, cujos detalhamentos constam em tabela anexada ao  
52 final desta ata. Passando ao **item 3** da pauta, o Secretário de Ciência e Tecnologia, **Dr.**  
53 **Luiz Edmundo**, fez considerações a respeito do projeto da Biofábrica. Manifestou  
54 preocupação com o resgate do projeto e aproveitamento do que já foi construído no  
55 Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo. Disse que precisamos definir o modelo e,  
56 também, quem será o responsável para conduzir a Biofábrica. O **Prof. Almy** frisou que os  
57 entendimentos sobre a Biofábrica evoluíram para um modelo diferente daquilo que foi  
58 pensado no passado. Disse que a idéia básica é a transferência da Biofábrica para a  
59 UENF, com aplicação gradativa e direta de projetos de diversos Laboratórios, com  
60 recursos conquistados junto a fontes financiadoras, além do estabelecimento de parcerias  
61 com diferentes atores, a começar pela própria FAETEC, que é a cessionária da área onde



62 está o prédio da Biofábrica. O **Prof. Almy** reforçou o entendimento de que as propostas  
63 de trabalho, elaboradas sob a liderança dos pesquisadores, incluindo as que abrangem  
64 infraestrutura, é que garantirão o funcionamento e a sustentabilidade da Biofábrica. Disse  
65 que a aprovação dos projetos nos órgãos de financiamento requer a regularização  
66 fundiária em nome da instituição proponente, no caso a UENF. Disse, também, que a  
67 proposta pertinente já foi enviada à SECT. O **Dr. Luiz Edmundo** confirmou o recebimento  
68 da proposta e disse que a mesma será analisada. A **Dra. Cristina** disse que basta a  
69 SECT/FAETEC concordarem com a reivindicação da UENF, que a Subsecretaria de  
70 Patrimônio, após a aprovação do Exmo. Sr. Governador elaborará novos termos de  
71 cessão, regularizando o uso pela FAETEC e pela UENF, uma vez que o terreno é do  
72 Estado. Houve consenso entre os membros do Conselho Curador em torno dessa  
73 proposição da Conselheira Cristina. Passando ao **item 4** da pauta, o **Prof. Almy** informou  
74 que este item será tratado na próxima reunião, porque o relatório não foi concluído em  
75 tempo hábil. Passando ao **item 5** da pauta, o **Dr. Luiz Edmundo** informou ao Conselho  
76 sobre a situação atual do SIMERJ (Sistema de Meteorologia do Estado do Rio de  
77 Janeiro). Disse que fisicamente está vinculado à Defesa Civil, com um quadro de  
78 funcionários contratados pelo Governo do Estado quando, outrora, eram bolsistas da  
79 FAPERJ. Disse que o esforço é para definir a situação do órgão, a montagem de um  
80 banco de dados com instituições responsáveis pelos estudos climáticos no Estado,  
81 visando à constituição de um sistema integrado para prover informações em redes para  
82 todo Estado. Nada mais havendo a tratar, o **Prof. Almy** agradeceu a todos e encerrou a  
83 reunião.

84

85 Almy Junior Cordeiro de Carvalho

Rosimara da Silva S. de Almeida

86 Reitor

Secretária *ad hoc*